



Os Municípios como parceiros chave numa transição energética centrada nos cidadãos

Manifesto da Coopérnico para as Eleições Autárquicas 2025

Coopérnico – Cooperativa de Energias Renováveis

23 de setembro de 2025



A transição energética decorrerá, em grande medida, ao nível local e de forma descentralizada, quanto mais os municípios assumirem um papel relevante na sua execução. Para assegurar o sucesso desta transição, será necessário que os municípios saibam gerir no melhor interesse dos cidadãos os vários dilemas com que são confrontados. Os municípios podem também ter um papel fundamental para incentivar e impulsionar os cidadãos a criarem comunidades de energia.

Se, por um lado, os grandes projetos de energia renovável são importantes para o esforço nacional de redução de emissões de gases com efeito de estufa e de aumento da competitividade económica, por outro lado, os cidadãos ao nível local não sentem diretamente os benefícios destes investimentos. A criação de comunidades de energia permite aos cidadãos aceder diretamente aos benefícios da aposta nas renováveis, seja em energia renovável barata ou benefícios económicos diretos, contribuindo para maior rendimento disponível das famílias e maior competitividade do território. Cabe às autarquias assegurar que a transição energética está em linha com o desenvolvimento ordenado e de longo prazo do território, gerindo as externalidades de grandes projetos de transição energética e promovendo o envolvimento das comunidades.

Num outro plano, o investimento em instalações solares de autoconsumo está em níveis máximos, mas ainda são muitos os cidadãos que não têm possibilidade de participar, sendo confrontados com desafios ao nível da indisponibilidade de áreas compatíveis para o seu projeto solar, a falta de conhecimentos técnico-económicos ou ainda a falta de recursos para investir. A existência de cooperativas de energia será uma forma de superar estes desafios ao nível local, contribuindo para a maximização do potencial renovável do território.

Os próprios desafios da pobreza energética requerem em grande medida ação local e participação cidadã. É necessário maximizar o impacto socioeconómico do investimento em eficiência energética, em particular junto de grupos sociais vulneráveis. E cabe às autarquias promover o esclarecimento e consciencialização sobre os benefícios do investimento em eficiência energética e da eletrificação dos consumos junto da população em geral. Os próprios municípios devem dar o exemplo, implementando medidas de eficiência energética e maximizando o potencial do edificado municipal para produção de energia renovável.

Cabe aos municípios saber gerir da melhor forma estes dilemas, promovendo a participação cidadã, por exemplo, através da criação de cooperativas de energia, uma das formas de comunidades de energia, para que a transição energética crie benefícios e seja feita em conjunto com os cidadãos. Neste novo ciclo autárquico, as cooperativas e municípios deverão ser parceiros para uma transição energética voltada para os cidadãos e que valoriza o território.

A estratégia nacional da ação climática estabelece um papel central para as autarquias no esforço de redução de emissões de gases com efeito de estufa. A própria Lei de Bases do Clima prevê a publicação de Planos Municipais de Ação Climática. Nestes documentos, as autarquias deverão considerar o potencial existente nas comunidades de energia para a promoção do investimento em produção de energia renovável pelos cidadãos, contribuindo assim para a criação de benefícios e retenção de valor económico a nível local.

Os programas eleitorais constituem um compromisso junto do eleitorado sobre as prioridades das diferentes forças políticas para o próximo mandato autárquico. É neles que os candidatos demonstram a sua sensibilidade e abertura para contribuir para o esforço nacional e global de ação climática, bem como a sua perspetiva sobre o envolvimento dos cidadãos na transição energética. A importância do envolvimento dos cidadãos está bem patente nas iniciativas europeias, como seja a Diretiva das Energias Renováveis e a legislação nacional que enquadra as comunidades de energia.

Neste sentido, a Coopérnico identificou 8 prioridades que as autarquias deverão considerar no próximo mandato autárquico:

- **Maximizar a utilização de telhados e outras áreas artificiais para produção de energia renovável ao nível local, estimulando a criação de Comunidades de Energia**

As autarquias devem promover a utilização do potencial existente nos telhados e noutras áreas artificiais nos respetivos territórios, para a produção de energia renovável do seu município. A criação de comunidades de energia é um estímulo ao

envolvimento dos cidadãos e permite que a transição energética resulte em benefícios ao nível local, tanto no rendimento disponível das famílias como no estímulo à atividade económica de empresas instaladoras.

As autarquias poderão criar comunidades de energia de cariz municipal, ou então estimular a formação de projetos cidadãos de comunidades de energia. O envolvimento da comunidade poderá ser instrumental para o aumento da capacidade renovável do território e para a disponibilização de energia a custos mais reduzidos a agregados familiares, melhorando o rendimento disponível no concelho. Será também relevante que as autarquias não deixem ninguém para trás, envolvendo famílias desfavorecidas e desenvolvendo, sempre que apropriado, mecanismos de apoio à aquisição de painéis solares.

- **Apoio aos cidadãos na identificação de medidas de eficiência energética, através da criação de balcões “espaço energia” e equipas de esclarecimento ao cidadão**

As autarquias representam o nível de poder mais próximo dos cidadãos, tendo um papel muito relevante no esclarecimento e apoio dos cidadãos. São também as autarquias que têm o conhecimento sobre os desafios mais prementes em termos de dificuldades socioeconómicas, índices de pobreza energética e do estado do edificado do seu território.

Neste sentido, o esclarecimento prestado através das autarquias sobre medidas de eficiência energética, bem como o acesso a mecanismos de apoio, poderá ter um efeito catalisador, maximizando o impacto energético e socioeconómico dos apoios financeiros junto dos cidadãos.

O esclarecimento junto dos cidadãos poderá ser prestado através de equipas de esclarecimento ao cidadão ou da criação de balcões “espaço energia”. Também a constituição e o envolvimento de comunidades de energia no apoio aos cidadãos e no

desenvolvimento de projetos poderão aproximar ainda mais a ação autárquica dos cidadãos e aumentar o sucesso das políticas públicas municipais.

- **Publicação de planos municipais de ação climática**

A Lei de Bases do Clima prevê que os municípios aprovem e publiquem os Planos Municipais de Ação Climática. Enquanto instrumento estratégico, estes planos permitem identificar as ações de mitigação e de adaptação climática, bem como as medidas a adotar para redução da pobreza energética.

Cabe não só aos municípios publicar estes planos, como também inscrever metas ambiciosas em termos de produção de energia renovável e de combate à pobreza energética. Entendemos também que estes planos devem prever o envolvimento dos cidadãos no processo de transição energética a nível municipal, por exemplo, através da criação de cooperativas de energia.

- **Promoção da eletrificação dos consumos domésticos**

A eletrificação dos consumos domésticos, que passa pela transição do consumo de gás (energia fóssil) para o consumo de eletricidade, é premente para um combate eficaz à pobreza energética e para maior conforto térmico nas habitações. É essencial que as autarquias promovam os instrumentos de apoio existentes para aquisição de equipamento doméstico, nomeadamente o programa E-Lar. Neste contexto, também cabe às autarquias, eventualmente com apoio de cooperativas de energia, consciencializar os cidadãos para as oportunidades e benefícios da eletrificação dos consumos.

- **Promoção e apoio à reabilitação das habitações**

Segundo a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 (ELPPE), estima-se que em Portugal 1,8 a 3 milhões de pessoas vivam em situação de pobreza energética, sendo a fraca eficiência energética das habitações - devido a problemas de má qualidade da construção, nomeadamente isolamento insuficiente - um dos fatores que contribuem para a pobreza energética no país. A renovação das habitações, com vista à melhoria da eficiência energética e conforto térmico, é essencial para que as pessoas consigam reduzir as suas faturas de energia e estar confortáveis em suas casas, tanto no inverno como no verão. Os municípios devem apoiar a onda de renovação essencial para o bem-estar da população, quer fornecendo informação, quer disponibilizando financiamento.

- **Desenvolvimento de programas de energia solar em património municipal e que valorize a participação dos cidadãos**

A propriedade imobiliária municipal (escolas, serviços autárquicos, pavilhões, ...) constitui uma oportunidade para impulsionar o investimento em energia renovável de base local, reduzindo custos para o Estado e gerando benefícios junto dos cidadãos, bem como de retenção de valor no território.

Os municípios são proprietários de um elevado número de edifícios com áreas de elevado potencial para a colocação de painéis solares. O aproveitamento deste potencial permitiria reduzir a fatura energética das autarquias. Ao mesmo tempo, as autarquias devem promover o envolvimento de cooperativas de energia nestas iniciativas, permitindo que o benefício destes projetos tenha também impacto positivo na redução da fatura de eletricidade dos cidadãos.

- **Impulso à criação de comunidades de energia a nível local para partilha de eletricidade e redução da fatura energética das famílias e empresas**

A partilha de energia renovável produzida num território com cidadãos e empresas tem um elevado potencial de redução dos custos energéticos, melhorando o rendimento disponível das famílias e a competitividade do município para atração de investimento.

As autarquias poderão desempenhar um papel-chave na criação de comunidades cooperativas de energia que permitam aos cidadãos e empresas locais aceder aos benefícios do acesso a energia renovável barata produzida no município.

- **Projetos de energia renovável: maior criação de valor local**

Grandes projetos de energia solar têm de gerar maiores benefícios para as comunidades, reequilibrando o balanço entre impactos negativos e positivos.

Projetos solares de elevada dimensão têm recebido crescente oposição por parte de populações locais, em grande medida pelo impacto que a elevada área ocupada gera sobre o território.

Ao mesmo tempo que é importante reconhecer, de uma forma geral, a importância dos projetos de larga escala para o esforço de redução de emissões e de menor dependência energética do exterior, é crítico reequilibrar os impactos na biodiversidade e nas comunidades locais, devendo as populações poder aceder a eletricidade renovável mais barata produzida no seu território.

Em paralelo, as autarquias devem pugnar por um ordenamento e desenvolvimento equilibrado do seu território, tanto através dos instrumentos municipais de planeamento e gestão territorial, como na sua ação junto das entidades regionais e nacionais com responsabilidade nesta área.